

ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

PARECER

Assunto: Projeto de Decreto legislativo nº. 1734/2025

Autor(a): Comissão de Meio Ambiente e Saneamento Básico

Ementa: "Dispõe sobre a concessão do Certificado de Qualidade Ambiental "Selo Verde Teresina" à empresa Granel Química LTDA, na forma prevista pela Lei Municipal nº 6.088,

de 26 de abril de 2024, e dá outras providências.

Relator: Ver. Daniel Carvalho

Conclusão: Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de

decreto legislativo

Em observância ao disposto no art. 76 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT, foi distribuído à Comissão de Meio Ambiente e Saneamento Básico Projeto de Decreto Legislativo n°. 1734/2025, de autoria desta comissão, cuja ementa é a seguinte: "Dispõe sobre a concessão do Certificado de Qualidade Ambiental "Selo Verde Teresina" à empresa Granel Química LTDA, na forma prevista pela Lei Municipal n° 6.088, de 26 de abril de 2024, e dá outras providências".

A justificativa escrita encontra-se em anexo.

Inicialmente, a matéria proposta fora remetida para análise técnica da Comissão Julgadora, composta por representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM) e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Teresina (CDL, a qual emitiu parecer técnico favorável, tendo em vista que foram cumpridos os requisitos da lei 6.088 de 26 de abril de 2024.

É, em síntese, o relatório.

No tocante ao mérito, cabe a esta Comissão, com esteio no art. 76, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT tratar da seguinte matéria, conforme se depreende a seguir:

Art. 76. Compete à Comissão de Meio Ambiente e Saneamento Básico manifestar-se nas proposições que versem sobre: (Texto alterado pela Resolução Normativa nº 138/2025,





ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

publicada no DOM nº 4.054, de 16 de julho de 2025)

- I matérias que disponham sobre o meio ambiente, sua preservação e equilíbrio ecológico; (*Texto modificado pela Resolução Normativa nº 122/2023, publicado no DOM nº 3.458, de 10 de fevereiro de 2023*)
- II sistema municipal de defesa civil e política de combate às calamidades; (Texto modificado pela Resolução Normativa nº 122/2023, publicado no DOM nº 3.458, de 10 de fevereiro de 2023)
- III políticas públicas voltadas à coleta e destinação sanitária de resíduos;(*Texto alterado pela Resolução Normativa nº* 138/2025, publicada no DOM nº 4.054, de 16 de julho de 2025)
- IV normas sanitárias de uso e ocupação do solo e controle de reservatórios e vetores de doenças transmissíveis; (Texto alterado pela Resolução Normativa nº 138/2025, publicada no DOM nº 4.054, de 16 de julho de 2025)
- V fauna, flora e solo; (Texto alterado pela Resolução Normativa nº 138/2025, publicada no DOM nº 4.054, de 16 de julho de 2025)
- VI abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem de águas pluviais urbanas; (Texto alterado pela Resolução Normativa nº 138/2025, publicada no DOM nº 4.054, de 16 de julho de 2025)
- VII admitir requerimentos de empresas que pretendam obter o selo verde, analisar a documentação apresentada e emitir decisão fundamentada sobre a sua concessão. (Texto acrescentado pela Resolução Normativa nº 138/2025, publicada no DOM nº 4.054, de 16 de julho de 2025)

De alta relevância, portanto, é a proposta, uma vez que objetiva reconhecer, valorizar e incentivar as empresas do setor privado a desenvolverem práticas de ações sustentáveis em sua cadeia produtiva e prestação de serviços de preservação do meio ambiente, contribuindo, assim, para promover a proteção e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 225 da CRFB/88.

Dessa forma, entende-se que as disposições delineadas no texto proposto, indubitavelmente, merecem especial atenção desta edilidade, não havendo óbice a sua normal tramitação nesta augusta Casa Legislativa.

Isto posto, a Comissão de Meio Ambiente e Saneamento Básico, aquiescendo com o voto de seu relator, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** pela tramitação, discussão e votação do projeto ora examinado.

Sala de Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Saneamento Básico, em 09 de outubro de 2025.





ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Ver. DANIEL CARVALHO

Relator

"Pelas conclusões" do Relator, nos termos do art. 61, §2°, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.

Ver. JUCA ALVES
Vice-Presidente

Ver. JOÃO PEREIRA Membro

Ver. FERNANDO LIMA Membro

Ver. CARPEJANNE GOMES Membro



